

O ESPAÇO COMO FOCO DE MÚLTIPLAS SIGNIFICAÇÕES¹

José dos Reis SANTOS FILHO²

Resumo: O espaço, categoria de importância para as Ciências Sociais e da Geografia, em particular, é submetida a uma discussão crítica. É um investimento realizado sobre uma bibliografia basicamente restrita aos anos oitenta e circunscrita quase que totalmente a autores de orientação marxista. Conclui que aquela literatura só permite chegar a uma definição do espaço como foco síntese de múltiplas significações imaginárias.

Palavras-Chave: Espaço. Marxismo. Categorias analíticas da Geografia.

Um texto, e mesmo uma categoria, parece estar sempre disponível a seus leitores. É uma disponibilidade que leva ao plural: não a uma leitura, mas a leituras; não a uma interpretação, mas a interpretações. Por isso, talvez não seja o caso de sugerir, frente às leituras cotejadas às interpretações, o verdadeiro texto do autor. Nenhuma fronteira indica até onde vai um autor e onde começam seus leitores, seus seguidores, seus comentadores, seus críticos. Se um texto, se um autor está presente é porque, rodeado de circunstâncias hoje abolidas, atormentado com preocupações e com algumas ilusões de seu tempo, respondeu a esses acasos de tal maneira que nos ensina a responder aos nossos, embora diferentes, e diferentes nossas respostas (MERLEAU-PONTY, 1980). Indo além: a própria existência de “leitores”, “seguidores”, “comentadores”, “críticos” parece sinalizar que a história não é inalterável: modifica-se, à medida que se modificam os homens que sobre ela se debruçam. Em 1930, Koyré adianta-se a Merleau-Ponty e ensina a quem quiser aprender que, em cada período histórico e a cada momento da evolução, “[...] a própria história está por ser escrita outra vez e a pesquisa sobre nossos ancestrais está por ser empreendida de maneira diferente.”(KOYRÉ, 1982, p. 16).³

¹ Trabalho cuja versão original foi capítulo de Tese de Doutorado defendida na Departamento de Geografia Humana da Universidade de São Paulo sob orientação do Professor Titular Ariovaldo Ubelindo de Oliveira. Agradecimentos ao Conselho Nacional de Pesquisas – CNPq, pelo apoio financeiro à pesquisa.

² Departamento de Sociologia - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão sobre Situações de Violência e Políticas Alternativas – NUEVA – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – Universidade Estadual Paulista – 14800-901 – Araraquara – SP – Brasil.

³ Koyré (1982) advoga uma leitura “interna” da história da ciência. Seus críticos reconhecem, no entanto,

Contingências

Em tese, portanto, o que pode ser visto como comum entre essas reflexões é a presença de uma atenção, de uma ênfase. As “respostas” às circunstâncias de Merleau-Ponty (1980) são os homens modificados de Koyré. O que ali está é o homem e sua existência, o homem e suas experiências. Não importa se esse homem é um fundador que elabora uma teoria sobre a ciência, ou Koyré (1982) que olha, do presente, uma teoria como um momento de uma história a ser reconstituída. E, se isso faz sentido, uma história preocupada com as sucessivas asserções realizadas em torno de um objeto, de uma disciplina específica, não pode deixar de considerar as condições históricas a partir das quais é feita. Mais que isso, no entanto: o homem, o sujeito do conhecimento, é mediação entre aquelas condições e a produção teórica da qual é autor. É o que coloca em pauta a busca de sinais que desvelem os pressupostos existenciais a partir dos quais um personagem como, por exemplo, um clássico da Geografia deveria ser analisado.

São observações que remetem a outras questões. Como já foi sinalizada acima, é conhecida a polêmica em torno de se deve prevalecer uma história interna ou externa da ciência. São conhecidos também os pressupostos e as prioridades de cada uma dessas tendências. Provavelmente, não menos conhecidos são os esforços no sentido de um fazer ciência da História que articule as dimensões propriamente científicas com as de natureza extracientíficas. Em trabalho de 1968, Kuhn reconhece não só “uma espécie de autonomia” aos enfoques “interno” e “externo”, mas sugere serem, “de fato, interesses complementares”. Em suas palavras, “[...] enquanto não sejam praticados como tais, apoiando-se mutuamente, é pouco provável que sejam entendidos aspectos importantes do desenvolvimento científico.” (KUHN, 1987b, p. 144-145).

A consciência da necessidade de superação da polaridade não parece estar, de imediato, implicada no empreendimento de Kuhn (1987b). Ainda que o aponte como a direção na qual deve desenvolver-se a história da ciência, o próprio diagnóstico do autor, ao mencionar “autonomia”, “interesses complementares” e “apoio mútuo”, não

que ele não deixa de atribuir um papel importante às idéias extracientíficas no desenvolvimento da ciência. Ainda assim, observam uma resistência sua no momento de levar em conta o papel das determinações sócio-econômicas e institucionais no fazer ciência (KUHN, 1970; 1987b). Independente do acerto da observação, o que os críticos dessa filiação não perceberam - é o caso de Kuhn, que é, também, um admirador de Koyré - é que aquele historiador chama atenção para as condições de existência do sujeito do conhecimento. Assim, se “a própria história está para ser reescrita” e a “pesquisa sobre nossos ancestrais está por ser empreendida de maneira diferente”, é porque “nos modificamos”, em outras palavras, é porque o sujeito do conhecimento histórico não é um ser desenraizado das condições de sua época, de seu ambiente, enfim, de suas condições de existência. Considerado o sujeito do conhecimento, essas são questões centrais deste artigo.

parece incidir na direção da superação de tal polaridade. Mais parece sugerir duas dinâmicas em terrenos diferenciados. Dinâmicas essas que se intercomunicariam, satisfazendo necessidades endógenas de esclarecimento. Assim, se a consciência da necessidade de superação da polaridade deve ser encarada como algo que faz sentido, que deve surtir efeitos, seus pressupostos, bem como seus meios, ainda precisam de desenvolvimento.

Porque esse preâmbulo? Talvez porque, por ofício, o pesquisador seja obrigado a olhar o passado de sua disciplina sob circunstâncias que se modificaram, quem sabe, de forma substantiva. E, justo por isso, veja-se obrigado a olhar para seus antecessores, para suas contribuições, com o cuidado de quem as identifica como momentos sem os quais sua reflexão não pode ser construída. Talvez principalmente, porque qualquer resenha bibliográfica que estabeleça minimamente a arquitetura de um objeto de investigação implique em uma aproximação a uma história interna da ciência. Que o enfrente de forma consciente ou inconsciente, trata-se de um fato ao qual o pesquisador não pode fugir. E, no caso do espaço, um objeto típico das Ciências Sociais e, em especial, da Geografia, isso parece, como seria de esperar, possuir peculiaridades que são suas, só suas.

Assim, no início de um empreendimento que coloca em pauta o objeto da Geografia, talvez devesse ser registrado ser mérito de Moscovici (1978) ter mostrado que certas palavras, certos aspectos particulares da compreensão do mundo e da atividade de uma ciência podem ser apropriadas pelo uso comum e corrente. Algumas referências de natureza científica teriam o poder de conquistar a imaginação das pessoas, afetando suas maneiras de ver e de agir.⁴ Trata-se de uma sugestão que, por falta de evidências empíricas iniciais, mínimas, não parece ser adequada à Geografia. Antes de tudo porque parte substantiva das noções que encontramos em seu corpo são expressões originárias de tradições anteriores a seu reconhecimento como categorias geográficas. As metáforas espaciais tão caras à Geografia, por exemplo, possuem passados que as remetem ao jurídico-político (território, domínio), ao econômico-jurídico (campo), à arte militar (deslocamento, domínio, região), ao histórico-geológico (solo) e ao administrativo (região).⁵ Seus elementos, portanto, enquanto instrumentos teóricos reconhecíveis, não só não parecem ter conquistado a “imaginação das pessoas” e afetado “suas maneiras de ver e agir” como, ao contrário, a Geografia parece habitada por expressões que caracterizam objetos de uso disseminado nas diferentes esferas da realidade cotidiana. Tudo indica, em resumo,

⁴ De fato, como mostrou Moscovici (1978) ao trabalhar com a psicanálise, “[...] no seu terreno se recorta um modelo que, assimilado, ensinado, comunicado, repartido, dá forma à nossa realidade”. Tal modelo retornaria “regularmente à superfície” e apoderar-se-ia- da “consciência coletiva” (MOSCOVICI, 1978, p. 18).

⁵ Sobre isso, ver a discussão entre a equipe de Hérodote e Foucault (1979).

que ao invés de procurar uma influência da Geografia nos usos correntes, talvez fosse conveniente admitir que seus conceitos mais visíveis são de tal maneira partilhados que a origem da expressão usada pelo senso comum pode estar em qualquer lugar, atuante na disciplina.

Não se trata de um exagero. Na crença de que estão ali registradas as referências da linguagem do dia-a-dia, é legítima a consulta ao Aurélio. Ele contempla espaço com pelo menos cinco aparições diferentes. De forma quase arbitrária, uma delas pode ser escolhida. É aquela que diz ser espaço o “lugar mais ou menos bem delimitado, cuja área pode conter alguma coisa”. Que se deixe de lado a necessidade de saber, no mesmo nível, o que sejam “lugar” e “área”. Considere-se isso um saber suposto para que não haja desvios. Observe-se agora sua semelhança com uma definição mais técnica. De acordo com essa definição, o espaço seria “[...] a área ou o volume ocupado por um objeto ou as distâncias laterais intervindo entre locações, lugares e fenômenos distribuídos sobre a superfície da terra”. Sem que seja preciso argumentar em profundidade, parece possível indicar que é substantiva a aparência da primeira parte dessa definição com aquela encontrada no Aurélio. (FERREIRA, 1994, p.27).⁶

Não bastasse essa contingência, em que caracterizações de diferentes níveis convivem como componentes de uma mesma ordem de experiências cotidianas, é possível localizar também no terreno dos geógrafos, expressões que não são de utilização exclusiva de um único âmbito do fazer ciência. É o caso, novamente, de espaço. Trata-se de um vocábulo que transita por fronteiras que constituem a Psicologia, a Sociologia e a Antropologia, entre outras. Frente a essas evidências, não parece ser difícil concordar com Bettanini e dizer ser mais correto - relativamente às ciências humanas, reconhecer que o espaço fala no plural e que, nessas condições, o próprio termo veicula uma ambigüidade de significado (BETTANINI, 1982).

Isso estabelecido é factível a delimitação do quadro em que o percurso da Geografia deve ser compreendido. Assim, se é possível comprovar empiricamente as dificuldades inerentes ao fazer ciência geográfica, a própria eventualidade dessa constatação já admite uma trajetória de enfrentamento desses obstáculos no contexto de uma práxis que se quer científica. Uma práxis, adiantemos, que herdou

⁶ Tal coincidência poderia levar a reconhecer que a promiscuidade entre o conhecimento do senso comum e o produzido pelas ciências é maior que o desejado pela comunidade científica. Por outro lado, no que diz respeito às dificuldades mais específicas da Geografia, deve ser lembrado ainda que o espaço não concerne somente às ciências humanas. Aparece na Física, na Astronomia, na Geometria. Na Física, por exemplo, sua utilização é extremamente importante e tão antiga que toma contornos modernos a partir do século XVII. Não são poucos, aliás, os que não descartam a necessidade de um conhecimento mais apurado de sua utilização naqueles campos para uma maior eficácia da Geografia (OLIVEIRA, 1988). Isso faz pensar que o fato de ser partilhado por diferentes comunidades científicas não impede a constatação da existência de uma espécie de visibilidade hegemônica no que concerne a seu uso. É provável que uma pesquisa acurada reconhecesse que essa hegemonia pertence à astronomia.

do século XVII, mas principalmente do século XVIII, a necessidade de cumprir com alguns dos requisitos básicos daquilo que, no imaginário, aparece hipostasiado como cânone de cientificidade. Não por acaso os autores de *A Geografia Ativa* reconhecem que uma das orientações da pesquisa geográfica oriunda do século XIX foi a procura de relações e de leis em torno da “constatação de duas séries de fatos e de relações de fatos”. Nessa orientação, estaria clara a existência de relações complexas entre os dados de caráter físico. Os processos de causalidade teriam pontos de partida diferentes, podendo se inter-relacionar. De tal forma que, por exemplo, o clima determinaria as modalidades da evolução do relevo, mas a natureza e a orientação do relevo modificariam os efeitos regionais e locais do clima (GEORGE, 1980).⁷

No âmbito epistemológico em que a discussão se delineou, lidam-se com registros que obrigam e abrigam perguntas essenciais. Entre elas, a que busca fundá-la: a Geografia pode, realmente, ser considerada uma ciência? Se essa é uma pergunta que ainda faz sentido, a resposta deve ser um **sim**. Um sim qualificado: a **Geografia exige a intenção da cientificidade**. Uma qualificação à qual deve ser acrescentado: esse tem sido o núcleo a partir do qual as imagens da Geografia têm sido instituídas: **esse tem sido o foco do imaginário da Geografia**⁸. É uma conclusão que reivindica uma explicação.

Da forma mais concreta possível, a natureza científica da Geografia é algo permanentemente em questão. É coisa a ser sempre construída. Não existe como um dado. É, antes de mais nada, um projeto. Um projeto sempre disputado. Uma intenção em torno da qual os paradigmas são frágeis e passíveis de (re) interpretações permanentes. E, se isso é plausível, por estratégia de fundação ontológica, epistemológica e metodológica, o ponto de partida é o senso comum característico do fazer acadêmico, de seu campo próprio. O que significa estabelecer uma crítica a seus pressupostos. Uma crítica que, aqui, não se pretende exaustiva.⁹

⁷ Não obstante o modelo das ciências da natureza interpelar fortemente a Geografia, nas ciências sociais ele convive com dois obstáculos formidáveis. Em primeiro lugar, o tempo, a história. Depois, o componente humano presente nas próprias condições de cientificidade. Assim, se “a Geografia é o resultado e o prolongamento da História”, ela não só se diferencia essencialmente do modelo das ciências da natureza que vem de Galileu e se fortalece com Newton, como é também obrigada a reconhecer exigências jamais imaginadas por aquela tradição. Da mesma forma, se a “Geografia é uma ciência humana”, ela deve ir além do simples reconhecimento das influências de “forças econômicas, culturais e políticas que operam fora dos laboratórios” e admitir, com todas as suas conseqüências, que o geógrafo faz parte do próprio objeto que investiga.

⁸ Na verdade, é uma proposição que se aplica também, com certeza, à Sociologia. Ver Santos Filho (1996).

⁹ Se há algum propósito em sua presença ele está na pretensão em tornar-se indicativa. Indicativa das questões cruciais que envolvem a definição do objeto da Geografia,.

A primeira suposição, aquela que permeia tudo o que já foi dito até aqui, o ponto de partida, é que a Geografia se pretende como uma ciência, uma “ciência humana”¹⁰(GEORGE, 1980). Nesse reconhecimento sugere-se, ademais, desde o início, que o investimento em uma definição de Geografia não aparece como algo inútil e tampouco despropositado. Como em outras ciências do humano, do social, tem sido a tradição, por meio de sua definição, alcançar a definição de seu objeto. De tal forma isso é verdade que, através de sua breve história, pretendeu-se constituí-la como disciplina científica empreendendo diferentes iniciativas, sendo uma das mais importantes a definição de seu objeto. Trata-se de um esforço de delimitação imposto como próprio e específico, sendo um de seus efeitos a criação das fronteiras com outras ciências. Assim, na instituição do campo, certas expressões tornam-se reconhecidamente identificadas como objeto. Sem contradizer, neste aspecto, a história dos investimentos exigidos pela institucionalização da Geografia, os mesmos autores de *A Geografia Ativa* dirão que ela é uma ciência do espaço. A Geografia estaria, portanto, acima de tudo mais, ocupada com questões relativas ao espaço, seu objeto reconhecido de trabalho.

É assumido, aqui, novamente, portanto, a presença do espaço no imaginário dos geógrafos. Esse reconhecimento não implica, no entanto, sugerir que o consenso aí existente seja dominante, sem fissuras.¹¹ Mas essa presença é verificável inclusive nos momentos em que o espaço é negado como objeto privilegiado. Pode-se facilmente percebê-lo até nas ocasiões em que outras categorias são propostas e definidas. São frequentes definições sempre dependentes da idéia de espaço. Essa última atua no terreno semântico dentro de uma lógica das identidades. Ela aparece como condição de possibilidade daquelas. Não é o que ocorre quando, ao ser definido território, se remete à “apropriação de uma porção do espaço por um determinado grupo”? Da mesma forma, de maneira enfática, não parece haver, sob o domínio do espaço como objeto privilegiado da Geografia, uma definição que possa ser considerada como hegemônica ou aceita de forma unânime.

De fato, desde o momento em que a Geografia tornou-se uma disciplina institucionalizada nas universidades européias, não tem sido fácil a tarefa dos geógrafos ao descrever e analisar o espaço. Em outras palavras: se um dicionário especializado diz que o espaço é “[...] a dimensão essencial e o conceito básico de toda Geografia.” (SMALL, 1986, p. 201), isso não a salva de dificuldades. Uma

¹⁰ A definição da geografia como “ciência social” ou “ciência humana” permeia parte significativa da bibliografia. Como, no caso específico, nenhum autor considera o “humano” fora de relações sociais, não será dada atenção a essa diferença.

¹¹ Sobre a existência da dissensão, basta a leitura de uma “pequena história crítica” da Geografia. Veremos ali que a definição do espaço como objeto da Geografia “[...] é minoritária e pouco desenvolvida pelos geógrafos”. Além disso, seria uma concepção “bastante vaga” e encerraria “aspectos problemáticos.” (MORAES, 1990, p. 16 –17).

revisão bibliográfica sobre o assunto coloca o pesquisador frente a concepções que, se bem é certo, podem ter como pano de fundo o mesmo objeto, são extremamente diferenciadas e problemáticas.

Parece ser possível presumir, portanto, que as discussões que põem em debate o conceito de espaço são tão antigas como a busca do estatuto de ciência para a Geografia. É uma trajetória em que, inevitavelmente, os investimentos deram lugar a afirmações de complexidades que, em não poucos casos, ultrapassam os limites reivindicados para a Geografia. No bojo de seu desenvolvimento, por exemplo, a disciplina foi capaz de importar características para o vocábulo que, ainda que continuem colocando questões relevantes, impõem supostos ontológicos de uma psicologia da percepção. Jeremy Benthan, citado em uma resenha geográfica, disse que:

[...] sendo a substância uma entidade física real; as percepções entidades psíquicas reais; matéria, forma, quantidade, etc., apenas entidades fictícias; sendo ambas as descrições em parte aplicáveis ao espaço e nenhuma delas inteiramente aplicável – o espaço pode ser encarado e tomado como uma entidade semi-real.(BENTHAN apud SMALL, 1986, p.201).

Da mesma forma, certas caracterizações, por si só, obrigariam a elucidações intermináveis. Assim, se a Geografia está acima de tudo mais, ocupada com “distribuições espaciais” e “relações espaciais” a definição deve ser completada pelo que sejam “distribuição espacial” e “relação espacial”. São duas expressões que veiculam a idéia de espaço, não elucidada. Ainda quando buscam definir o que sejam “relações espaciais”, “a ocorrência de um fenômeno em uma determinada área”, autores como Andrade e Corrêa obrigam a explicitação da noção de área. É uma elaboração que acrescenta expressões a cada definição estabelecida, em um movimento circular quase que sem limites, sem que a tautologia seja evitada. Longe de significarem impossibilidade, esses exemplos ilustram o tamanho da tarefa de estabelecimento de uma idéia que tem estado presente desde as obras de Humboldt, Ritter, Ratzel e Hartshorne (ANDRADE, 1987; CORRÊA, 1995).

Os anos setenta e oitenta são décadas em que, no Brasil, o trabalho de elucidação dos problemas epistemológicos da Geografia tomou novas feições. É uma conjuntura aberta a “[...] um campo rico de contribuições onde as concepções marxistas marcaram presença.” (CORRÊA, 1995, p. 30).¹² Desde então, a cada

¹² É um movimento que expressa o fato de a Geografia ter-se tornado um “[...] centro de reunião das contribuições das ciências humanas de algum modo legíveis como auxiliares da reflexão sobre o tema da percepção do espaço.” (BETTANINI, 1982, p. 64). Mas talvez expresse, ao mesmo tempo, um momento de recepção dessas contribuições através de registros político ideológicos. Trata-se, na verdade, de uma presença que, tendo assumido a dimensão de luta política, produziu a impossibilidade da introdução no debate de autores com área de liberais. Sintomaticamente, não são constatáveis no núcleo da crítica aquelas leituras que, chegadas, por exemplo da filosofia, tentam descer a detalhes nas concepções sobre

instante parece que se lida com discussões que embutem movimentos de crítica a concepções e noções sedimentadas.. Dada sua importância na literatura brasileira especializada, sem pretensão de esgotar o assunto e mantendo-o nos parâmetros exigidos pela simples exemplificação, é imprescindível sinalizar alguns dos rumos dessa discussão. No percurso, parece ficar claro que eles não deram conta de resolver os impasses aqui apontados.

O marxismo

O campo das relações possíveis entre a Geografia e o marxismo no Brasil parece ser um dos temas mais importantes abordados pelo pensamento geográfico, principalmente entre a segunda metade da década de setenta e os anos oitenta.¹³ No quadro então existente, foram relações avaliadas dentro de um balanço positivo.¹⁴ O mesmo quadro indica também que a opção por Marx implicou na elaboração daquilo que poderia ser chamado de um “programa de enfrentamento teórico” de temas de relevância. Concretamente, isso significou admitir um duplo movimento de reconhecimento. A reflexão que busca a inspiração no marxismo se reconhece como inserida na própria história da Geografia. Ela se representa como uma reflexão que parte dos temas e questões da tradição geográfica. Mas buscou superar o arcabouço conceitual inerente a esta própria história. Dessa forma, por consequência, se o espaço é reconhecido como objeto privilegiado da Geografia, se faz parte da própria história

o espaço em suas relações com o intercâmbio social e político. Entre outros, não foram incluídos textos em que as esferas do público, do privado, do político e do social tornam-se objetos de investigação. Entre eles, é claro, são emblemáticos os de Hanna Arendt. Curiosamente, é nessa mesma década que a autora começa a ser recebida no Brasil. Não bastasse o elemento curiosidade intelectual pertinente ao ofício do pesquisador, como é sabido, Arendt (1981) percebe na modernidade uma predominância do espaço social. É uma predominância que se dá às custas do público e do privado.

¹³ Não obstante sua relevância atual enquanto quadro de reflexão teórica, a recepção do marxismo também instrumentalizou parte do mundo acadêmico nas atitudes e práticas que reverberam para além do plano propriamente teórico. O momento de recepção do marxismo é também um momento de lutas pela desqualificação do “diferente” nas lutas por uma hegemonia acadêmica. Não pode ser ocasional que em uma “pequena história crítica” da Geografia encontremos o “positivismo” definido como “[...] o conjunto das correntes não-dialéticas.” (MORAES, 1990, p. 21). Não pode ser acidental a presença da imagem do “inimigo” na linguagem de autores que buscam construir uma Geografia marxista (OLIVEIRA, 1988). Não é fortuito tampouco que um artigo sobre a Geografia e o discurso crítico termine com uma “pergunta irônica” que insinua a “possibilidade de o geógrafo crítico ou radical” tornar-se “[...] um aspirante a um posto de melhor status na hierarquia burocrática do trabalho acadêmico e do planejamento.” (VESENTINI, 1985, p. 13). Na verdade, a construção da identidade teórica para esse campo importou também em uma dimensão cuja natureza se aproxima da luta “político-ideológica”. Muito provavelmente, uma reflexão séria sobre o assunto mereceria um enfoque importado da sociologia das ciências, o que não é o caso.

¹⁴ Na verdade, o que pode ser constatado é uma avaliação bastante otimista: “[...] uma Geografia inspirada no marxismo prossegue o seu caminho, adquire novas adesões, renova o estudo de certos conceitos, cria e incorpora novas categorias de análise.” (SANTOS, 1979, p. 132).

da Geografia como disciplina autônoma, seu conteúdo passa por uma transformação que o deixa irreconhecível frente aos padrões que, a partir de agora, serão vistos com “tradicionais” (OLIVEIRA, 1988).

No movimento de crítica, como já foi sinalizado, não poucas noções são colocadas em questão. Para mencionar apenas um exemplo, que seja lembrada a de espaço-palco. Ela nos teria remetido à noção de arranjo, de ordenação, “[...] empreendimentos destinados a modelar o espaço herdado para neles se introduzirem as estruturas técnicas, jurídicas e administrativas, que derivam de um espírito rico de sistematização da sua utilização.” (CARLOS; ROSSINI 1983, p. 8). No lugar dessa noção Carlos e Rossini sugerem a de espaço-produto. Aqui, o espaço será visto dentro da mesma ótica circular provocada por definições que não conseguem fugir de uma tautologia não percebida. Ele será visto como “[...] fruto das relações que se estabelecem entre a sociedade e o meio-circundante, num determinado momento do desenvolvimento das forças produtivas.”(CARLOS; ROSSINI, 1983, p.8). Ora, na medida em que dificilmente se poderia falar, hoje, de natureza sem objetivação humana, quando os autores falam de “meio circundante” só podem estar falando de “sociedade”.¹⁵ Desenha-se uma situação em que o espaço apareceria como relação da sociedade consigo mesma. Algo em que algumas das noções de A Ideologia Alemã seriam reafirmadas, sem que nenhuma reflexão original e especificamente geográfica seja agregada. Assim, o espaço/sociedade ou a sociedade/espaço seria produzido “concomitantemente ao processo de produção da existência humana”. A sociedade, ao mesmo tempo em que produziria sua existência, “produz o espaço” que não é outra coisa senão sociedade. De tal forma que se torna autoevidente que “o espaço geográfico como produto histórico” apresenta “[...] em cada momento as características da sociedade que o produz.” (CARLOS; ROSSINI, 1983, p. 7).

Uma outra via de crítica é aquela que, discutindo a “faceta idealista do espaço como forma de intuição em Kant”, sugere a necessidade de considerá-lo “[...] simultânea e contraditoriamente, intuição e realidade.” (MORAES; COSTA, 1988, p. 45). Como categoria da intuição, o espaço seria então “[...] percebido e

¹⁵ De várias formas, são problemas que permeiam parte significativa da literatura não restrita a essa Geografia marxista dos anos 80. De acordo com Borzacchiello da Silva (1988, p. 55) “[...] o espaço geográfico propriamente dito é aquele onde os elementos formadores do chamado quadro natural, ou seja, da natureza, constituem condição *sine qua non* para que subsista a sociedade.” Ao mesmo tempo, no entanto, “[...] para assimilar a realidade de um determinado espaço, o geógrafo profissional deverá compreender o espaço como resultado de múltiplas determinações históricas da sociedade. Sabe-se que o espaço geográfico contém e manifesta as relações de poder, a apropriação privada ou não do solo, dos recursos disponíveis e dos meios de produção, que constituem elementos fundamentais para que se compreenda o estágio, nível ou forma como uma dada sociedade está estruturada.” (SILVA, 1988, p.55). Em outras palavras, a “natureza”, a “base natural” da sociedade é, ela mesma, social. O que resultaria em algo como sociedade em uma natureza social. Será preciso voltar a Hegel (1986) para lembrar que espaço e tempo, que Geografia e História são instituições que não podem ser entendidas fora das objetivações, das determinações do espírito?

representado, assumindo assim tantas formas quantas forem as mediações culturais do sujeito”. Por outro lado, “[...] o espaço e a espacialização são reais, na medida em que são propriedades de coisas reais” (MORAES; COSTA, 1988, p. 53). É uma via que, tortuosamente, em um primeiro momento, leva à já citada proposta de Benthán (apud SMALL, 1986, p.201). Mas que conclui em um ponto muito próximo daquele anunciado por Carlos e Rossini (1983).

Em Silva (1988, p.103) “[...] o espaço produzido não é o mesmo em todos os tempos e lugares, mas varia com o modo de produção”. Ele é realizado “[...] segundo os interesses da classe ou das classes dominantes da sociedade”. No limite, “[...] no modo de produção capitalista o espaço é produzido para atender aos interesses do capital”. Em Moreira (1988) é possível localizar como pano-de-fundo das análises o célebre ponto de partida de Marx e Engels (1976) exposto em um capítulo sobre Feuerbach na Ideologia Alemã.¹⁶ O processo de afirmação da existência humana é percebido como sendo o processo de instituição da sociedade humana. Mas é, concomitantemente, um processo que se manifesta em espaços. É o que permite ao autor dizer que “o arranjo do espaço geográfico exprime o “modo de socialização” da natureza”. E, depois, mais precisamente, que “o espaço é a sociedade vista como sua expressão material visível” (MOREIRA, 1988, p. 35). O que implica dizer que “[...] a primeira natureza define-se como uma totalidade estruturada de elementos naturais, conformadora de um espaço físico”. Sua incorporação pela história humana “[...] converte-a em uma totalidade estruturada sob determinações sociais, conformadora de um espaço social, o espaço geográfico concreto.” (MOREIRA, 1988, p. 37).

Ocorre que o “processo de socialização da natureza” é “o processo de gênese e desenvolvimento da formação econômico-social”, a partir do “modo de socialização” da natureza, isto é, do “modo de produção dos bens materiais” (MOREIRA, 1988, p. 37). Trazer a constatação para o âmbito da Geografia obriga dizer que “o arranjo espacial demográfico” é a expressão fenomênica do ‘modo de socialização’ da natureza e dos termos de sua configuração em formação econômico-social”, indo adiante e reproduzindo o argumento de Moreira (1988, p. 38): “[...] o espaço

¹⁶ Em seu quadro geral, o argumento que estaria sendo usado como pano-de-fundo dessas análises talvez pudesse ser sintetizado. Ali, “o primeiro estado de fato a constatar” é “a compleição corporal (dos indivíduos e a relação que ela lhes criou com o resto da natureza”. Por isso, “[...] toda história deve partir destas bases naturais e de sua modificação pela ação dos homens no curso a história.” (MARX; ENGELS, 1976, p. 15). Nesta linha de raciocínio, a modificação das “bases naturais” não é outra coisa senão produção dos meios de existência dos indivíduos e, indiretamente, produção de suas vidas materiais. E, como no âmago deste processo está a origem e o desenvolvimento da divisão social do trabalho, dificilmente pode deixar de ser dito que o processo que reproduz a existência e a vida material dos indivíduos é um “processo de socialização”. Um processo em “aumento” permanente, é claro. Por um lado, “se socializa cada vez mais”: “[...] novos e numerosos indivíduos, grupos humanos e povos são arrastados ao contexto funcional da sociedade”; por outro, “[...] a rede de relações sociais entre os indivíduos humanos tende a fazer-se cada vez mais densa; é cada vez mais reduzido aquilo que no indivíduo subsiste e a elude.” (ADORNO, 1971, p. 40-41).

organizado é uma formação sócio-espacial”. E, como tal, “toda a complexa trama da formação econômico-social de que é expressão fenomênica. Ainda seguindo Moreira ao “pé-de-letra”, importa dizer que “o espaço se organiza segundo a estrutura de classes do lugar” e, uma vez assim organizado, “reverte sobre a estrutura de classes do lugar, sobredeterminando-a”. As lutas de classes determinam a “dialética do espaço e a dialética do espaço rege as lutas de classes, uma vez que a dialética do espaço é a dialética das classes”.

Até aqui, interessa fixar das contribuições de Silva (1988) e de Moreira (1988) que traduzem esse esforço em justapor as análises conclusivas de Marx e Engels (1976) ao espaço, na expectativa de criação de uma categoria base para a Geografia de viés “materialista”. Ao lado delas, ainda com o objetivo de consolidar o contexto teórico a partir do qual o marxismo tenta fixar um projeto de investigação que redefine o espaço enquanto objeto da Geografia, importa também sedimentar algo da leitura de Moraes e Costa (1988). Em particular, a idéia de “valorização do espaço”.

Para Moraes e Costa (1984, p. 121), “[...] as sociedades humanas, para reproduzirem as condições de sua existência, estabelecem as relações vitais com o seu espaço.” Por sua vez, e aqui a “marca” da produção dos autores, o trabalho é “mediador universal dessas relações”. Ademais,

[...] sendo o trabalho a fonte do valor, essa relação, do ponto de vista do marxismo, é fundamentalmente um processo de valorização [...] a apropriação dos recursos próprios do espaço, a construção do espaço, a construção de formas humanizadas sobre o espaço, a perenização (conservação) desses constrictos, as modificações, quer do substrato natural, quer das obras humanas, tudo isso representa criação de valor. (MORAES; COSTA, 1984, p. 121-123).

Tudo isso é mediado pelo trabalho. Por sua vez, o espaço é “uma condição geral da produção”. Enquanto tal, possui um ‘valor intrínseco’”. Valor que será expresso seja “na qualidade, quantidade e variedade dos recursos naturais que dispõe”, seja naquilo que é “precipuamente obra do trabalho”.

O que importa reter: “as características inerentes ao espaço não têm sentido em si, pois o que as vivifica é a própria sociedade”. O que implica em constatar que “o trabalho se realiza num determinado lugar”; que a produtividade do trabalho é determinada pela articulação do “valor do espaço” com o “valor no espaço”. Convém ainda destacar três elementos. Primeiro: a ocorrência possível de “[...] sucessivos processos de apropriação de um mesmo espaço implicando diferentes formas de valorização, correspondentes aos avanços das forças produtivas de que dispõe a sociedade.” (MORAES; COSTA, 1984, p. 137). Segundo: a ocorrência possível de “movimentos de expansão”. Tem como pressuposto “a existência de

espaços já territorializados”. Pode significar a “constituição de novos territórios [...] e a ampliação do horizonte geográfico de uma sociedade ou mesmo de um modo de produção”. Terceiro, e em outro nível: há uma forma de valorização “[...] que de certo modo se relaciona com algumas das anteriores” e “[...] que poderíamos identificar na potencialidade de valor, contida nos territórios estratégicos”. E isso será denominado, com certa impropriedade, de “valor estratégico” ou de valorização “política” do espaço (estrito senso). Nesse caso, “[...] trata-se não da exploração econômica do espaço propriamente dito, mas de seu domínio.” (MORAES; COSTA, 1984, p. 141).¹⁷

Em resumo, como pode ser percebido, os autores que optaram por essas tentativas de circunscrever o objeto da Geografia pareceram satisfeitos com a simetria entre organização social e organização do espaço. Sobrepueram explicitamente as duas formas em busca de institucionalização. Ainda que tenha ficado manifesto a natureza da tentativa de uma demarcação da especificidade determinante da dimensão propriamente geográfica, as dificuldades são reais. Se é compreensível como ponto de partida aceitar a produção e reprodução do espaço no contexto da dinâmica da organização social, é muito complicado assumir uma identidade entre a “dialética do espaço” e a “dialética das classes”. De fato, na medida em que fica estabelecido que “[...] o espaço se organiza segundo a estrutura de classes” e, uma vez assim formatado, “reverte sobre a estrutura de classes” (MORAES; COSTA, 1984, p.137) sobredeterminando-a, no limite, o que se tem é algo que, sim, procura romper com a lógica da explicação dedutiva, mas não consegue chegar ao estabelecimento de uma relação com base naquilo que Lenin, depois de ter lido Hegel, chamava de “unidade de contrários”. A identidade a que se referem os Cadernos Filosóficos é o reconhecimento de tendências contraditórias que se excluem mutuamente (LENIN, 1973, p. 343). É um reconhecimento que atribuiria um papel de determinação a ambos pólos, na relação entre eles, tanto quanto de um sobre o outro. É um reconhecimento, aliás, que impõe a determinação das mediações, algo que a idéia de reverter - “[...] voltar ao ponto de partida, regressar, retroceder”, segundo o Aurélio (FERREIRA, 1994, p. 571) -, na forma em que está sendo usada, não contempla.

¹⁷ É importante notar que, nessa produção, há uma categoria não explorada, mas implícita; invisível, mas que permeia cada argumento, o conjunto dos trabalhos. Trata-se da categoria tempo. Se há motivos para admiração, eles se devem ao fato da não explicitação. Isso porque sua presença está lá, certa. E não poderia deixar de estar: cada autor enfatiza, à sua maneira, a idéia de processo(s). E, salvo erro grosseiro, não há processo sem a articulação espaço-tempo. No período contemplado, é Oliveira (1988) quem assume a tarefa de enfrentar o tema. Pioneiro, seu trabalho é particularmente difícil. Sua leitura é feita através de um viés, aquele do “materialismo dialético”. E, em concreto, interessa, fundamentalmente, sua discussão sobre o impacto da teoria da relatividade nesta discussão. Interessa, porque é conhecida a influência que as revoluções na física provocam nas ciências sociais nascentes, não obstante não considerar a questão de reversibilidade do tempo tal como aparece nas contribuições de Newton e Einstein, algo que os afasta de uma conquista fundamental das ciências sociais de Marx a Weber passando por Durkheim. Interessa, ademais, porque fixou um elemento a mais na caracterização do objeto da Geografia (OLIVEIRA, 1988).

Uma questão não enfrentada

Mais a mais, e, talvez, sinalizando um terreno possível de mediações, é fundamental entender que todo processo de produção do social é, também, um processo de valoração, ou seja, um processo de criação de significações e interpretações que remetem ao “espaço” em construção. Marx (1972) estava certo ao afirmar, em um importante escrito sobre o método, a relação entre as categorias científicas e as condições históricas.¹⁸ Mas é estreitar a análise do fenômeno, retirar da esfera do econômico toda a presença dos processos de valoração. Urge uma qualificação que imponha o entendimento das categorias como algo que não pode ser reduzido mecanicamente às referências do “sócio-econômico”, tal como foi manipulado naqueles exemplos. Se, na práxis, “valorizar” e “valorar”, não podem ser dissociados, se a atividade do homem cria valor em um duplo sentido, é óbvio que a análise não pode omitir essa perspectiva.¹⁹

De fato, independentemente da necessidade de uma análise crítica mais aprofundada sobre aquelas leituras, no contexto da discussão, no que diz respeito tanto à determinação do conceito de espaço como, principalmente, no que se refere à ausência de um enfrentamento da questão da práxis como momento que inclui a produção de significações, elas são insuficientes. De um modo geral, já é claro há muito tempo que através do trabalho produzem-se e reproduzem-se as condições de vida.²⁰ Mas é de fundamental importância introduzir que essas condições de vida produzidas e reproduzidas não podem ser entendidas unicamente como condições “materiais” de vida em um sentido restrito. É forçoso admitir, em primeiro lugar, aquilo que, hoje, salta aos olhos como senso comum sociológico: não há trabalho que não se realize em uma situação social determinada. Depois, então, que não há interação social que não abrigue a valoração como elemento constitutivo de sua existência.

O que se pode concluir disso? Sem pretender dar conta de um quadro analítico para entendimento das questões que importam aqui, é manifesto que a vida cotidiana produz conhecimentos. Mais radicalmente: a “[...] vida humana, seu pensamento, seu sentimento, sua prática e sua reflexão, são inimagináveis sem objetivação.” (LUKÁCS, 1974, p. 39).²¹ O que quer dizer isso? Isso significa simplesmente que

¹⁸ É uma idéia que nenhum dos autores acima citados esqueceu. Sobre a questão, ver Marx (1972). Cf. também a ênfase de Lukács (1974).

¹⁹ É uma linha de pesquisa sobre a qual atenção decisiva vem sendo dada já há algum tempo. Ver, por exemplo, a coletânea organizada por Silveira e Doray (1989).

²⁰ Algo, aliás, que poderia ter em seu ponto de partida uma certa compreensão daquilo que significa reconhecer que “as características inerentes ao espaço não têm sentido em si, pois o que as vivifica é a própria sociedade”.

²¹ A idéia de objetivação transita através de diferentes enfoques teóricos. No marxismo, entre outros,

os homens são incapazes de viver sem se projetarem no mundo exterior. E não é necessário elocubrar exemplos da estratosfera. Que se examine o ato do trabalho, lembrado por Marx ([19--]) e mil vezes repetido. Trazido por Lukács (1974), a quem impressionou, está lá, em *O Capital*.

Uma aranha, diz ele, realiza operações que se parecem as de um artesão. A abelha provoca sensação com suas células. Mas, o que distingue de imediato o pior arquiteto da melhor abelha é que o primeiro construiu a célula em sua cabeça antes de executá-la em cera. No final do processo do trabalho se produz um resultado que já existia no princípio mesmo na representação do trabalhador, ou seja, idealmente. O trabalhador não obra apenas uma transformação formal do natural; ele realiza seus fins no natural, fim que ele conhece, que determina o tipo e o modo de seu fazer, como uma lei, e ao que tem que submeter sua vontade. (MARX [19--], p. 174).

Por essa característica fundamental, Lukács (1974) dirá que o trabalho, enquanto objetivação, não pode produzir-se “senão como um ato teleológico”. No caso humano, no mundo dos homens, essa realidade de nossa vida cotidiana, não é outra coisa senão um mundo constituído de objetivações. Nada há, nele, que não tenha sido objetivado. Mais que isso, no entanto: nada há, nele, que não tenha um significado. Nada há, nele, que, como objetivação, não assuma, para um sujeito como para todos os outros, um significado.

No limite, o que está em jogo é uma trama de significados. Isso, na medida em que, em qualquer atividade social, pode ser verificada a produção de significação, o que deve ser entendido aqui, em um primeiro momento, como produção de sinais. É uma forma de expressão subjetiva que não pode ser dissociada de um processo histórico e, muito menos, da situação social concreta em se manifesta. Uma situação em que se dá o envolvimento de atores em contextos de realização prática cuja abrangência não pode ser definida *a priori*. Compreende tanto a exploração como a venda da força de trabalho, tanto a preservação como a dilapidação dos recursos naturais, enfim, qualquer manifestação do humano em situações sociais. De qualquer forma, enquanto tal, é objetivamente acessível. E tem como meio de acesso mais importante a linguagem. De fato, a primeira função da linguagem é ser expressão da vida real (FIORIN, 1990, p. 73).²² Coisa natural: a relação entre um homem e outro homem

com Lukács: nas correntes com influência fenomenológica, são provas Berger (1989) e Luckmann: no empirismo-associacionista, como argumentam Japiassu e Marcondes (1990, p. 183), “[...] a objetivação é a operação pela qual a consciência exterioriza suas sensações e as imagens que forma, tomando-as como objetos e situando-as espacialmente.” São presenças que, obviamente, não implicam necessariamente em equivalência teóricas.

²² Na verdade, como reconhecem os autores, as muitas linguagens existentes “[...] são capazes de expressar, sob diferentes modalidades de substâncias significantes, o mesmo significado básico; todos

vem mediada pelos signos (LOPES, 1980). E a vida social é construída a partir das diferenças.²³ Indivíduos e segmentos sociais singulares mediados pela linguagem, por coisas que são expressas através de signos lingüísticos. Impossível deixar de admitir que a linguagem, enraizando-se no real, deixaria de manifestar tais diferenças Assim, já no terreno da produção cotidiana de conhecimento, ou seja, em um terreno ainda pré-científico, como já foi visto em relação ao espaço, não são poucas as significações que podemos registrar através das definições possíveis de sociedade.

Se, através da linguagem, constroem-se referências de significação, é possível a verificação de verdadeiros campos semânticos onde “[...] a experiência, tanto biográfica como histórica, pode ser objetivada, conservada e acumulada.” (BERGER; LUCKMANN, 1989, p.127). Através deles manifestam-se sentidos, significados, interpretações, expectativas, projeções. De fato, como já propuseram não poucos autores, “[...] a vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles, na medida em que forma um mundo coerente.”(BERGER; LUCKMANN, 1989 , p. 35).²⁴ Através da fixação de interpretações, do estabelecimento de sentidos, qualquer atividade humana pode ser entendida como processo de valoração. Ou seja, como atividade que recebe e confere significados (SANTOS FILHO, 1992). No cerne do problema, é sobre as formas simbólicas que o foco está girando.²⁵

Se tudo isso é verdade, qualquer pergunta em torno do espaço obriga procurar seus significados, reconhecê-lo como passível de interpretação, como um campo passível de lutas pela interpretação adequada. Correndo o risco da banalidade, é o que faz da tarefa de definição do objeto da Geografia uma tarefa nada fácil.

É provável que, no leque de alternativas de sentidos para a expressão espaço, uma matriz, um núcleo significativo comum possa ser localizado. Afinal, todas elas têm sua origem na realidade da vida cotidiana. Nasceram na vida social. São objetivações, resultados, produtos de atividade criadora do homem entre os homens. Todas são, em princípio, interpretações significativas da observação de um mesmo e único fenômeno. É no reconhecimento mesmo desse fato que a questão aqui

esses sistemas sîgnicos exprimem aspectos de uma particular modelização do mundo, uma *imago mundi* intuída pela sociedade que criou esses sistemas.” (LOPES, 1980, p. 16).

²³ Nas Ciências Sociais, o tema da diferenciação está presente entre os fundadores, de Marx a Weber, passando por Durkheim. Grosso modo, a diferenciação é “[...] produto do ser social, das necessidades nascidas dele, da adaptação do homem a seu meio, do crescimento de suas capacidades em interação com a necessidade de estar à altura das novas tarefas.” (LUKÁCS, 1974, p. 22).

²⁴ Em outro contexto, mais adiante, com preocupação semelhante, Sartre será citado. Trata-se, no entanto, de uma idéia partilhada - ainda que através de matices, por não poucos autores.

²⁵ As formas simbólicas podem ser compreendidas com referência seja a ações, seja a objetos de vários tipos. São providas de significado. Permeiam as relações sociais. Nesse sentido, são produzidas, transmitidas e recebidas. Obrigam sua interpretação nas situações, nos processos em que se manifestam. Por enquanto, ver Thompson (1998).

levantada continua encontrando parte de sua importância. É quando a pergunta retorna com força: que é espaço e a partir de quais critérios essa pergunta pode e deve ser respondida fora do universo do senso comum das esferas da vida cotidiana?

Mais a mais, seria absurdo negar que a produção de importância sobre o assunto é bem mais ampla que essa recém resenhada. Muito do que foi produzido não avança, no entanto, para além do já visto. Não poucas vezes a bibliografia surpreende por manter-se nos limites daquilo que eventualmente poderia ser chamado de óbvio. Assim, evidenciou-se que, “atendendo ao princípio de diferenciação espacial” ou “espacialidade diferencial” de Lacoste, “espaços” do espaço brasileiro na atualidade” necessitam ser considerados “[...] na medida em que geraram, geram e ainda gerarão, neste fim de século, não uma única urbanização no país, mas várias.” (MESQUITA, 1988, p.19). Isso porque o Brasil teria uma diferenciação social de largo espectro que permitiria “[...] a convivência simultânea de múltiplas modalidades de valorização diferenciada dos capitais e migração dos mesmos no espaço, sempre que esta migração signifique aumento na taxa de lucro.” (MESQUITA, 1988, p. 19).

À parte de qualquer consideração em torno da problemática Brasil, é um exemplo emblemático em que a definição do objeto se faz através de (múltiplas) adjunções. Ele supõe uma entidade base, “receptáculo” – o espaço - capaz de servir para a ancoragem de adjetivações que podem ser realizadas em movimento indefinido. Não se trata, no entanto, de um recurso ao qual recorre apenas essa autora. Em artigos escritos durante a década de setenta, é um procedimento bastante usado. Se em Mesquita (1988) ele é “brasileiro”, em Santos (1979) dos anos 70 ele pode ser “mundial”, “agrícola”, “total”, “de todos”, “seletivo” e tantos quantos forem necessários.

São tentativas de capturar o espaço enquanto conceito muito próximo daquelas em que é identificado através de um processo que chamaremos de sinonimização. É o recurso a um termo através do qual espaço poderia ser identificado e caracterizado. Nas definições há pouco apresentadas, na primeira delas, o espaço é “lugar” (mais ou menos bem delimitado) com “área” (que “pode conter alguma coisa”). Na segunda, é “área” (ou o volume ocupado por um objeto ou as distâncias laterais). Em uma e outra, a iniciativa de definição procede a uma espécie de efeito cascata onde as dificuldades relativas à distinção do primeiro termo se reproduz no segundo e assim por diante. No limite, aquilo que tecnicamente apareceria como a existência de três categorias distintas é reduzida, através do processo de sinonimização, a uma. O processo de sinonimização é, antes de tudo, produção da indistinção.

Raciocinando *ad absurdum*, uma definição que se limitasse a esses procedimentos pode chegar ao nível caricatural. Por grotesco que possa parecer, o povoado de Itupiranga em sua “especificidade”, seria considerado um espaço (área,

lugar) mundial, brasileiro, paraense, interiorano, agrícola e aquelas qualificações mais que por ventura nossa percepção pudesse reconhecer. Se o adjetivo é uma palavra que expressa qualidade ou propriedade ou estado de um ser, é possível afirmar que, em sua utilização corrente em contextos como estes, produz o efeito de encoberto da natureza do ser do espaço. Em outras palavras, produz como efeito a fuga a uma caracterização ontológica do objeto da Geografia. Como já mostraram diversos autores, a relação entre a coisa e o atributo dificilmente pode ser apreendida em seu âmago e significado crucial enquanto tentarmos explicá-las através de julgamentos discursivos ou processos meramente reprodutivos (CASSIRER, 1957).

Talvez ainda pudesse ser dito que, desde o ponto de vista lingüístico, fica-se preso à utilização do recurso da figuratização como procedimento de caracterização do espaço. Afinal, a figura é “termo que remete a algo do mundo natural”. É “[...] todo conteúdo de qualquer língua natural ou de qualquer sistema de representação que tem um correspondente perceptível no mundo natural”. Os textos figurativos, ou seja, aqueles cujo esquema narrativo está revestido de concretude dependente da figura, “criam um efeito de realidade”. Eles constroem “[...] um simulacro de realidade”. Mas têm apenas uma “função descritiva.” (FIORIN, 1997, p. 65). No limite, em se tratando de uma figura, seu alcance não vai além do estabelecimento de significados por meio da descrição. Volta-se, de fato, ao núcleo da questão recém apontada através de Cassirer (1957).

Em outras palavras, o que há de paradoxal nessa utilização da expressão espaço é sua aspiração a conceito. Mais que isso: sua pretensão a transformar-se em conceito-chave da explicação. É um projeto, a julgar pelas tentativas em pauta, sem êxito possível no bojo de uma perspectiva em que a intencionalidade científica aparece como objetivo. No limite, colocando Descartes ao rés do chão, se lida com uma idéia. No caso, uma idéia “materialmente falsa”. Isto é, embora pretenda algum conteúdo representacional, não representa coisa alguma. Representa não-coisa como se fosse coisa (COTTINGHAM, 1995).

Uma trajetória singular

Remetendo às críticas feitas às propostas de definição de espaço que fizera em Por uma Geografia Nova (1978), Espaço e Sociedade (1979) e na Revista Chão (1980), mas, realmente, enfrentando sua própria produção e uma problemática comum a seus pares, qual seja a de fundar epistemologicamente a Geografia, Santos (1996) dá continuidade a uma trajetória cujos antecedentes podem ser encontrados

em Espaço e dominação: uma abordagem marxista, publicada pela primeira vez em francês, em 1975.²⁶

Sem maiores preocupações com a realização de uma resenha, convém chamar atenção para o fato de que, no correr de uma discussão sobre a “dominação espacial”, Santos (1979) introduz algumas caracterizações sobre o espaço que convém reter.²⁷ Como já foi registrado antes, em outros autores, também aqui a idéia de um espaço-base, de um espaço-suporte, de um espaço-receptáculo está presente. Trata-se de uma presença que coloca alguns termos para a reflexão. Está ali o tema das relações entre sociedade e espaço. Depois, acompanhando a evolução tecnológica, o “homem” é mostrado como “homem mundial”. O “espaço-suporte”, por sua vez, também é mostrado como “mundial”. Mundiais e diferenciados “[...] por sua carga de capital, pelo produto que criam e pelo lucro que engendram e, em última análise, por seu desigual poder de atrair o capital.” (SANTOS, 1979, p.111). Finalmente, o capital é apresentado como “[...] intermediário entre um homem destituído e um espaço alienado.” (SANTOS, 1979, p. 112).

Não são poucos os efeitos que daí aparecem. Em primeiro lugar, o espaço, assim como a sociedade, tem história. Uma história cuja dinâmica não é predeterminada. Depois, o espaço é entendido como totalidade. Enquanto tal, é mundial. Enquanto tal, pode ser percebido através de suas “parcelas”. São caracterizações cuja ambição é a possibilidade de análises concretas. De tal forma que, em circunstâncias específicas, os equilíbrios tradicionais podem ser rompidos e “[...] as parcelas de espaço, que viviam anteriormente de acordo com uma dinâmica própria, passaram desde então a participar de um sistema mais amplo cujo domínio escapa às sociedades locais.” (SANTOS, 1979, p. 113).

O viés que faz com que a dinâmica descrita se aproxime do marxismo reside no fato de que são, todos, efeitos cuja dinâmica fundamental é dada pelo movimento do capital.²⁸ E, se o capital é o que marca a natureza do espaço-receptáculo, ele é responsável também por desigualdades.²⁹ E, se tudo isso é verdade, são características

²⁶ Cf. SANTOS, 1975.

²⁷ Sobretudo porque é inevitável uma comparação com outros textos produzidos pelo autor. Aliás, vale lembrar que Santos talvez possa expressar um exemplo paradigmático de uma Geografia em permanente processo de (re) fundação.

²⁸ No que diz respeito, por exemplo, ao espaço agrícola, ele é “[...] seletivamente, o receptáculo de dois tipos de capital: um capital novo, valorizado, que escolhe lugares privilegiados onde, ajudado pelo Estado, pode reproduzir-se melhor e mais rapidamente; e um capital desvalorizado, velho, que deve se refugiar nas atividades menos rentáveis, prejudicado ainda pela má qualidade ou mesmo pela inexistência de infra-estruturas.” (SANTOS, 1979, p. 115).

²⁹ Isso porque “[...] o capital não se distribui uniformemente por todo um país ou uma região. Para interpretar corretamente este aspecto das desigualdades geográficas, a análise espacial deve ter como ponto de partida o capital global existente na formação sócio-econômica por excelência – o Estado-

que conduzem a uma percepção de “especialização” do espaço. É uma especialização espacial que impõe uma intensificação de atos de comércio e de uma “alienação” espacial.³⁰

É um argumento que termina por definir lugar como especificação de parcela do espaço. De tal maneira que se o espaço total se organiza em função do processo produtivo, o faz também em função da forma que o capital utiliza para realizar a mais valia. Cada lugar é definido por uma combinação particular da dialética entre as forças produtivas e as relações de produção. O “valor” do capital é, também, função de sua localização, se bem que o capital possa, por sua vez, modificar o valor do lugar (SANTOS, 1979).

São passagens que abrigam algumas questões de importância para a caracterização conceitual do objeto da Geografia. Algumas delas se inscrevem nos pressupostos de um imaginário sobre o marxismo admitido com presente e, em parte, já discutido nos parágrafos anteriores. Assim, o homem é definido como “alienado” sem que seja mencionado qualquer “prova” que mostre isso. Aparece simplesmente no bojo de uma rápida discussão sobre a implantação de técnica não “local”. Da mesma forma, “homem” e “sociedade” são categorias que aparecem se substituindo em um mesmo plano de argumentação.

Mais diretamente ligada à discussão aqui desenvolvida está a caracterização do espaço como totalidade e como receptáculo. Uma aproximação crítica dessa leitura que define o espaço como objeto da Geografia talvez devesse começar com uma pergunta simples que trouxesse em seu conteúdo os princípios de uma proposta que parta de Marx. Uma pergunta simples que deveria ser feita a qualquer reflexão que adotasse a idéia do espaço como espaço-suporte: afinal, qual o resultado da atividade do capital?

É claro, um leitor familiarizado com o assunto talvez diga que, em algum capítulo de O Capital, Marx dirá que o capital produz mercadoria. Talvez acrescente que, nesse sentido geral, a atividade do capital gera mais capital. E que, sendo a mercadoria relação social, o capital gera relações sociais. Mais ainda: afirmará com certeza que qualquer “parcela” do “espaço total” só pode entrar na esfera do capital enquanto mercadoria. E, nesse sentido, como relação social. De tal forma que a idéia de receptáculo, por mais forte que seja seu atrativo, é pouco adequada. Sobre “receptáculo”, “lugar ou objeto onde se acolhe ou guarda alguma coisa; recipiente”, só se pode falar, no contexto do modo de produção capitalista, enquanto mercadoria, enquanto relação social. O espaço-receptáculo em que uma casa é construída é

nação”. (SANTOS, 1979, p. 122).

³⁰ Como a especialização impõe ao mercado uma escala espacial mais ampla, pode-se tanto falar de uma alienação regional como de uma alienação do homem-produtor (SANTOS, 1979).

uma mercadoria, é um imóvel. E, por absurdo que isso possa parecer a alguns, é relação social. De tal forma que falar de espaço-receptáculo que possui “carga de capital”, é falar de capital que possui “carga de capital”. Dizer que o espaço-base “cria produto” e “engendra lucro” é dizer que o capital “cria produto” e “engendra lucro”. Mencionar que o espaço-suporte tem o “poder de atrair o capital” é o mesmo que o capital tem o “poder de atrair o capital”. Por agora, o que importa reter é essa dimensão de mercadoria que o espaço adquire no modo de produção capitalista. Uma dimensão que o marca como relação social. Uma dimensão que não permite que seja visto como algo apartado do socialmente constituído. Uma dimensão que parece obrigar sua caracterização como social.³¹

Talvez seja significativo que Santos (1996, p.2) lembre que “[...] o vocábulo espaço se presta a uma variedade de acepções [...]” às quais ele acrescenta a sua. Longe de sinalizar pouco caso em relação à sua proposta, a afirmação deve ser entendida como reconhecimento do fato de que falar sobre o objeto da Geografia é situar-se em um campo de disputas. Uma disputa que envolve a matriz conceitual de uma disciplina do tamanho da Geografia. E o leitor reconhece de imediato que o vocabulário mudou. Aparentemente, é possível registrar um distanciamento significativo em relação à idéia do espaço-receptáculo. Não um abandono, mas um deslocamento na ênfase. Agora o espaço é não somente condição, mas um “fator da evolução social”. É uma “instância da sociedade”. Enquanto tal, “[...] contém e é contido pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida.” (SANTOS, 1996, p.2). Isso quer dizer que a essência do espaço é social. Nesse caso, o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade; cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual (SANTOS, 1992).

O que é afirmado aqui? Chama atenção imediata o jogo da adição. O espaço é definido enquanto Natureza. E Natureza é “coisas”, “objetos geográficos”, sejam eles “naturais” ou “artificiais”. Claro, já provoca perguntas ver aquilo que é “[...] produzido pela arte ou pela indústria; não natural.” (FERREIRA, 1994, p. 64), apresentado como Natureza. Mas o que radicaliza o espanto é o sinal de mais presente na frase. Ele indica a possibilidade de apreensão do objeto da Geografia como resultante de uma relação cuja marca imediata é a adição. Se levarmos a sério o verbo “abrigar” que qualifica essa relação, o suposto ainda é o de um espaço-receptáculo. Um suposto que se tornou explicitado de uma forma mais sofisticada na medida em que a idéia de instâncias foi introduzida.

³¹ Será necessário voltar a essa questão, já que Santos a enfrenta novamente em Uma palavrinha a mais sobre a natureza e o conceito de espaço, o artigo recém mencionado como resposta a seus críticos (SANTOS, 1992).

A expressão “instância” tem um passado na tradição marxista. Ela remete a Althusser e sua escola. Como não se localiza nenhuma referência explícita, no texto, que remeta a ele ou a qualquer outro autor, é prudente que a crítica se prenda unicamente às formas em que aparece aqui, criando um patamar de interpretação. Assim, dirá Santos (1992), é possível situar, “paralelamente”, de um lado, um conjunto de objetos geográficos distribuídos sobre um território, sua configuração geográfica ou sua configuração espacial e a maneira como esses objetos se dão aos nossos olhos, na sua continuidade visível, isto é, a paisagem; de outro lado, o que dá vida a esses objetos, seu princípio ativo, isto é, todos os processos sociais representativos de uma sociedade em um dado momento (SANTOS, 1992).

O viés de linguagem – “paralelo”, “de um lado”, “de outro lado” – é de importância fundamental para a interpretação dessa passagem. Corrobora a leitura empreendida até aqui. Ao espaço-base corresponde a recepção de uma sociedade. A fundamentalidade permanece na “instância” do social. Dela a “Natureza” recebe seu “princípio ativo”, é o que “dá vida” a seus objetos. A relação de adição aparece, portanto, qualificada: o espaço-receptáculo é morto até que receba do social o sopro de vida.

A leitura se complica quando é dito que o espaço não só “contém as demais instâncias” como é contido nelas, na medida em que os processos específicos incluem o espaço, seja o processo econômico, seja o processo institucional, seja o processo ideológico (SANTOS, 1992). Claro, novamente vêm à mente do leitor certas lembranças das idéias de sobredeterminação tão vigentes há alguns anos atrás. Mas, uma vez mais, como não há referências, por dever de ofício, o limite é o que está sendo construído. E não fica fácil a distinção imediata do papel do espaço-receptáculo nessa imbricação de instâncias, já que foi definido anteriormente como dependente do social para sua própria existência. A menos que algo como “determinação em última instância” fosse explicitado, a dúvida permanece. E a dúvida fica, mesmo quando há uma nova configuração para a definição de espaço. Se até aqui espaço era Natureza mais sociedade, agora é “a soma da paisagem (ou melhor da configuração geográfica) e da sociedade”.

É importante notar que, no argumento, a idéia de sociedade aparece de duas formas diferentes. A primeira, fazendo conteúdo da própria definição do espaço, ao ser somada à Natureza/paisagem/configuração espacial. A segunda, enquanto instância que se contrapõe ao espaço enquanto princípio de vida. Segundo Santos (1992), que se dá conta do problema, isso não indicaria senão “a imbricação entre as instâncias”. Formidável, talvez. Mas, como entender a natureza de uma relação entre espaço e sociedade se, na caracterização daquele, é essa a que lhe dá “vida”? De outra forma: a argumentação e seus pressupostos não estariam conduzindo a uma outra versão de um processo de sinonimização que faz do espaço a sociedade?

Que essa é uma pergunta do leitor, ninguém duvida. Se essa é uma pergunta que se fez o autor, ninguém sabe. Mas a verdade é que em 1996, Santos (1996) traz à luz um livro cujo propósito é a construção “[...] de um quadro analítico unitário que permita ultrapassar ambigüidades e tautologias”. Nele, uma denúncia em torno da “[...] ambigüidade do estatuto epistemológico da Geografia, até hoje tímida e hesitante quanto a uma clara explicitação do que deva ser seu objeto.” (SANTOS, 1996, p. 40). Nele, ainda na introdução, a apresentação de uma definição de espaço que rompe com o padrão analisado até agora. Aqui, em busca de uma caracterização “precisa e simples”, livre do “risco das analogias e das metáforas” o conceito-chave da Geografia é “[...] um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações.” (SANTOS, 1996, p. 34), uma definição que pretende refletir sua própria ontologia.

No caminho empreendido, o fenômeno técnico assume papel definitivo: “[...] só ele permite alcançar a noção de espaço geográfico”. Em primeiro lugar porque “a técnica é um meio”. Depois, sem embargo do fato de aqui e ali, através de expressões como “inserir” ainda existam resquícios da idéia de “espaço-suporte”³² “o objeto técnico define ao mesmo tempo os atores e um espaço”. E, no entanto “é o espaço que determina os objetos”. Em nova aproximação, é mencionado como “um conjunto de objetos organizados segundo uma lógica e utilizados (acionados) segundo uma lógica”. Essa lógica é uma “lógica da instalação das coisas e da realização das ações”. Ela se “[...] confunde com a lógica da história, à qual o espaço assegura continuidade.” (SANTOS, 1996, p. 34). É o espaço, diz ainda o autor, que redefine os objetos técnicos, apesar de suas vocações originais, ao incluí-los num conjunto coerente onde a contigüidade obriga a agir em conjunto e solidariamente.

Criticando as teses da adição tanto quanto as propostas duais de leitura do espaço, Santos (1996) define a natureza do meio ao qual se refere como um meio geográfico, um meio que viveu milênios como meio natural ou maquínico durante dois a três séculos, e que hoje deve ser considerado como meio técnico-científico-informacional. Em resumo, nesse investimento que vem a público na segunda metade dos anos noventa, ao propor-se distinguir com o máximo de clareza o que seja o objeto da Geografia, Santos (1996) tem como objetivo esboçar uma teoria do conhecimento científico própria à Geografia. Com isso em vista, reivindica uma Geografia epistemologicamente fundada e preocupada com todas as formas de existência. Trata-se de privilegiar um enfoque que leve em conta todos os aspectos de uma dada situação. E o recurso à técnica “[...] deve permitir identificar e classificar os elementos que constroem tais situações.” (SANTOS, 1996, p. 40). De tal forma

³² Não parece que tais resíduos apareçam no texto como parte do programa de fundação da nova proposta. Tanto assim que Santos convida o leitor a esquecer a noção de espaço de Seris: “[...] trata-se, na verdade, de um espaço-receptáculo, que apenas tomaria expressão como um reflexo do ator.” (SANTOS, 1996, p. 39).

é radical esse investimento que, como balanço parcial da discussão feita por Santos em sua última iniciativa de fôlego, o que é possível verificar, ainda que o autor não mencione isso explicitamente, é movimento autocrítico em torno da produção teórica no campo da Geografia. É um enfrentamento com vistas à instituição de bases ontológicas e epistemológicas para a Geografia.

É um enfrentamento, diga-se de passagem, que afirma implicitamente algo mencionado em um de seus trabalhos anteriores e que, não tendo sido desenvolvido pelo autor, tampouco parece ter recebido atenção devida na recepção de uma palavrinha a mais sobre a natureza e o conceito de espaço. Trata-se da idéia de significação, duas vezes mencionada.:

[as formas geográficas] estão sempre mudando de significação, na medida em que o movimento social lhes atribui, a cada momento, frações diferentes do todo social. [...] cada lugar está sempre mudando de significação, graças ao movimento social (SANTOS, 1992, p. 30).

Importa o resgate dessas duas passagens mais ou menos perdidas em um texto em que as questões de sentido recebem exatamente nenhuma ênfase como elemento de estratégia teórico-metodológica? A resposta deve ser um sim, importa. Em primeiro lugar porque Santos (1996), viaja à fenomenologia e, nela, apropria-se da noção de intencionalidade. É através dessa noção que chega à de episódio, em que a imagem (imagem-meta) é uma questão central. É um contexto de discussão em que a idéia de significação aparece com força. Em segundo lugar, como já havia sido denunciado acima, foi nenhuma a atenção dada a esse elemento na análise marxista. Finalmente, porque parece ser um instrumento conceitual fundamental para a elaboração de uma estratégia de discussão em torno dos problemas com que se confronta a Geografia.

De fato, ainda que Santos (1996) não traduza essas idéias como parte do eixo analítico de seu trabalho teórico, trata-se, aqui, de resgatá-las com ênfase. Assim, impõe-se que se retome o que foi dito adiante e reafirmar a exigência de cientificidade da Geografia. Se esse tem sido o foco imaginário das inúmeras iniciativas de garantir para a Geografia seu estatuto, convém sugerir que a natureza científica da Geografia é algo permanentemente em questão. É coisa a ser sempre reafirmada. Não existe como um dado. É, antes de mais nada, um projeto. Um projeto sempre disputado. Uma intenção em torno da qual os paradigmas são frágeis e passíveis de (re) interpretações permanentes. É o que parece ficar claro através das leituras. E se, a partir de certo momento, com maior atenção, um autor da estatura de Santos, foi chamado ao palco, como emblema, foi para mostrar que, também aqui, no nível de uma trajetória individual, o movimento de (re) fundação está presente. Não por acaso o campo marxista é abandonado em outras direções.

Ainda assim, não obstante esses movimentos, é presumido que os percursos dos autores aqui mencionados não sinalizam outra coisa senão o acerto das análises de Merleau Ponty e Koyré, lembrados no início do trabalho. Seus textos são pressupostos da reflexão aqui desenvolvida. Mais que isso, são pontos de partida tanto quanto pontos de chegada.

Assim, um balanço moderado, sabedor de seus limites, indica uma situação em que, nessa literatura específica e circunscrita essencialmente aos anos oitenta, a Geografia ainda é uma questão. Considerado o fato de que espaço é proposto como conceito-conteúdo para diversas outras categorias da Geografia, entre as quais a de região e a de lugar, pode ser dito que não se deve considerá-lo senão como campo de disputas admitido como idéia-chave para a definição do objeto da Geografia. Nesse quadro, à luz da discussão, convém optar por defini-lo provisória e simplesmente, na medida de uma paráfrase, como **um foco síntese de múltiplas significações imaginárias**. Provisória, rudimentar mesmo, a definição é assumida como tal e não é proposta senão para sinalizar o rumo da análise. Sua função é, antes de mais nada, heurística. E, se com essa missão singela ela sustenta alguma consistência, convém começar por reafirmar a importância da atividade simbólica. E, nesse quadro, o espaço é percebido e valorado de forma diversa e vive, assim, “sob a forma de imagens mentais”. Elas são importantes tanto para compreender a configuração dos grupos e forças que as instituem quanto para o entendimento das qualidades reais do território que ocupam (CLAVAL, 1979). Seguindo esse raciocínio, falar do espaço supõe sinais que correspondem a imagens. Ele obriga a falar do imaginário. Mais precisamente, do imaginário social.

The space as the focus of multiple meanings

Abstract: *The focus of this paper is a critical discussion about the space as an essential object of the Social Sciences and, more specifically, of the Geography. It is an inquiry which carries out an examination about a very significant literature of marxist orientation of the last century eighties. The paper concludes arguing for a space definition as a nucleus within multiple imaginary meanings.*

Keywords: *Space. Marxism. Geographic analytical categories.*

Referências

- ADORNO, T. W.; ORKHEIMER, M. **La sociedad:** lecciones de sociologia. Buenos Aires: Proteo, 1971.
- ANDRADE, M. C. **Geografia, ciência da sociedade:** uma introdução à análise do pensamento geográfico. São Paulo: Atlas, 1987.
- ARENDT, H. **A condição humana.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade.** Petrópolis: Vozes, 1989.
- BETTANINI, T. **Espaço e ciências humanas.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- CARLOS, A. F. A.; ROSSINI, R. E. População e processo de estruturação do espaço geográfico. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 2, p. 13-27, 1983.
- CASSIRER, E. **The philosophy of symbolic forms:** the phenomenology of knowledge. New Haven: Yale Univ.Press, 1957. v. 3.
- CLAVAL, P. **Espaço e poder.** Rio de Janeiro: J. Zahar, 1979.
- CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, I.E.; CORRÊA, R.L. ; GOMES, P. C. C. **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.15-18.
- COTTINGHAM, J. **Dicionário Descartes.** Rio de Janeiro: J. Zahar, 1995.
- FERREIRA, Aurélio B. de H. **Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- FIORIN, J. L. **Linguagem e ideologia.** São Paulo: Ática, 1990.
- _____. **Elementos de análise do discurso.** São Paulo: Contexto, 1997.
- FOUCAULT, M. Sobre a geografia. In: _____. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1979. p.153-166.
- GEORGE, P. et al. **A geografia ativa.** Rio de Janeiro: Difel, 1980.
- HEGEL, F. **Lecciones sobre la filosofia de la historia universal.** Madrid:Alianza, 1986.

JAPIASSU, H.; MARCONDES, D. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1990.

KOYRÉ, A. O pensamento moderno. In: _____. **Estudos de história do pensamento científico**. Rio de Janeiro: Forense ; Brasília: Ed. UnB, 1982. p. 37-74.

KUHN, T. S. **Alexandre Koyré and the history of science**. Londres: Encounter, 1970. v. 34.

_____. La tradición matemática y la tradición experimental en el desarrollo de la física. In: _____. **La tensión esencial: estudios selectos sobre la tradición y el cambio en el ámbito de la ciencia**. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1987. p. 58-83.

_____. La historia de la ciencia. In: _____. **La tensión esencial: estudios selectos sobre la tradición y el cambio en el ámbito de la ciencia**. México, DF: Fondo de Cultura Económica, 1987. p. 96-123.

LENIN, V. **Cahiers philosophiques**. Paris: Editions Sociales, 1973.

LOPES, E. **Fundamentos da lingüística contemporânea**. São Paulo: Cultrix, 1980.

LUKÁCS, G. **Estética: i la peculiaridad de lo estetico**. México, DF: Grijalbo, 1974. v. 1.

MARX, K. **The capital**. Moscou: Progress, [19--].

MARX, K. **Misère de la philosophie**. Paris: Editions Sociales, 1972.

MARX, K; ENGELS, F. **L'Ideologie Allemande: critique de la philosophie allemande la plus récente dans la personne de ses représentants, Feuerbach, B. Bauer et Stirner, et du socialisme allemand dans celle de ses différents prophètes**. Paris: Éditions Sociales, 1976.

MERLEAU-PONTY, M. Em toda e nenhuma parte. In: _____. **Textos escolhidos**. Tradução e notas: Marilena Chauí. São Paulo: Abril Cultural, 1980. p. 45-71.

MESQUITA, Z. Os espaços do espaço brasileiro em fins do século XX. **Terra Livre**, São Paulo, n. 9, p. 9-38, 1988.

MORAES, A. C. R.; COSTA, M. W. **A valorização do espaço**. São Paulo, Hucitec, 1984.

_____. A valorização do espaço. In: SANTOS, M. (Org.). **Novos Rumos da Geografia Brasileira**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

MORAES, A. C. R. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo: Hucitec, 1990.

MOSCOVICI, S. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOREIRA, R. Pensando a geografia. In: SANTOS, Milton (Org.). **Novos rumos da geografia brasileira**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

OLIVEIRA, A. U. O modo capitalista de pensar e suas soluções desenvolvimentistas para os desequilíbrios regionais no Brasil: reflexões iniciais. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n.3, p.21-36, 1984.

_____. Espaço e tempo: compreensão materialista e dialética. In: SANTOS, Milton (Org.). **Novos rumos da geografia brasileira**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS FILHO, J. dos R. Amazônia: processos de valoração e registros simbólicos. **Perspectivas**, São Paulo, v.15, p.59-68, 1992.

_____. **A imaginação sociológica e o método: o método como momento de instituição da Sociologia**. Araraquara: [s.n.], 1996.

SANTOS, M. Espace et Domination: une approche marxiste. **Revue Internationale des Sciences Sociales**, Paris, v. 27, n. 2, p. 368-386, 1975.

_____. Espaço e dominação: uma abordagem marxista. In: _____. **Economia espacial: críticas e alternativas**. São Paulo: Hucitec, 1979. p.111-39.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1992.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, J. B. Gestão democrática do espaço e participação dos geógrafos. **Terra Livre**, São Paulo, n. 8, p. 55-64, 1988.

SILVEIRA,P.; DORAY, B. **Elementos para uma teoria marxista da subjetividade**. São Paulo: Vértice, 1989.

SMALL, J.; ITHERRICK, M. **A modern dictionary of geography**. London: Edward Arnold Publishers, 1986.

THOMPSON, P. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 1998.

VESENTINI, J. W. Geografia e discurso: da epistemologia à crítica do conhecimento. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 4, p.7-13, 1985.